



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios

O ESPAÇO PÚBLICO DA CIDADE COMPETITIVA: LAZER E MOBILIDADE; INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Vitor Sorano Pereira

Mestre em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa e investigador colaborador do Centro de Estudos em Sociologia

Universidade Nova de Lisboa

soranopereira@yahoo.com.br

Resumo

A região oriental da cidade de Lisboa foi destinada pelo plano diretor de 1948 ao uso industrial e, ao longo do século, abrigou também políticas habitacionais destinadas à população de baixa renda (Gato 1997). Com a desativação e obsolescência de parte das indústrias e a viragem da economia portuguesa para o setor terciário/quaternário (Matias Ferreira *et al.*, 1997), a região se consolidou como periferia social. Tais condições justificaram sua escolha para abrigar a Exposição Mundial de 1998, evento aliado a um projeto de reurbanização que visava constituir ali a "nova centralidade" da capital portuguesa. Hoje, diz a administração, o perímetro recebe 20 milhões de visitantes ao ano e tem 25 mil habitantes. A gestão do território, batizado de Parque das Nações, é feita por uma empresa do Governo Central. Descrevemos como o urbanismo aí adotado combina o favorecimento à circulação – característica da modernidade (Foucault, 2007) – com a valorização do lazer – característico do urbanismo e do modo de vida urbano atuais (Baptista, 2004). Tal combinação visa ancorar temporariamente o indivíduo nos espaços públicos, fazendo desses uma ferramenta de competitividade urbana. Essa concepção de espaços públicos envolve exclusão e inclusão – ainda que condicionada – de algumas formas de ocupação. Há uma expressiva negação, pela administração, da exclusão de qualquer indivíduo, o que é condizente com a ideia de que o espaço público deve ser acessível. Uma ideia que condiz com a ficção igualitária da modernidade (Martucelli, 2002).

Abstract

The eastern region of Lisbon was destined by the 1948' general urban plan for industrial use, and throughout the 20th century, also sheltered housing policies for low-income population (Gato, 1997). With the obsolescence and the closing of some of the plants and the turning of the Portuguese economy towards the tertiary/quaternary sector (Matias Ferreira *et al.*, 1997), the region became into a social periphery. These conditions justified its choice to host the 1998' World Exposition, an event coupled with a redevelopment project that aimed to turn the area into a "new centrality" of the Portuguese capital. According to its administration, the perimeter receives 20 million visitors annually and has 25,000 inhabitants. A company owned by Central Government is responsible, until nowadays (may/2012) for the management of the territory, called Parque das Nações. The urbanism therein combines the favoring mobility – a characteristic of modernity (Foucault, 2007) – with the favoring of leisure – a characteristic both of urbanism and of urban way of life today (Baptista, 2004). This combination aims to temporarily anchor the individual in public spaces, making of these a tool of urban competitiveness. This conception of public spaces involves exclusion and inclusion of some forms of occupation. There is a significant denial, by the administration, that any individual could be excluded, which is consistent with the idea that public space should be accessible. An idea that is consistent with the egalitarian fiction of modernity (Martucelli, 2002).

Palavras-chave: Expo'98, espaço público, inclusão e exclusão, lazer, mobilidade

Keywords: Expo'98, public space, inclusion and exclusion, leisure, mobility

1. Introdução

Principal caso português das reurbanizações das frentes de água europeias, o Parque das Nações é a intervenção urbanística responsável por, em uma década, transformar uma zona periférica em 2ª centralidade e 2º destino turístico de Lisboa. A transformação é fruto de um modelo de urbanização que assenta na necessidade e no estímulo de um alto grau de mobilidade. Hoje, diz a administração, 20 milhões de visitantes passam pelo território por ano, e 20 mil ali residem (PEGU, 2011). O Parque decorre de uma reurbanização que tinha como um dos objetivos tornar a cidade mais competitiva (Matias Ferreira *et al.*, 1997) e os espaços de uso público do perímetro servem, assim como os equipamentos privados aí existentes, de instrumentos de atração de utilizadores de cidade (Martinotti, 2005), público-alvo da competitividade urbana dos territórios consumíveis (Baptista, 2004).

Lazer e mobilidade estruturam esses espaços públicos, em diversas perspectivas: planeamento, gestão, formas de ocupá-lo e modo de participar da sua constituição. Em resumo, identificamos essas duas características em um extrato do urbanismo contemporâneo, quer ele seja entendido como uma ferramenta de organização de coexistências, quer como modo de vida (Wirth, 1997).

No que toca à ocupação, há uma tentativa ainda que incompleta de organizá-la e, para apreendê-la elaboramos o conceito analítico (Wieviorka, 1994) a que chamamos de processos inclusão e exclusão. Buscamos por meio dele explicitar a dinâmica das estruturas sociais que se formam na vida cotidiana desses espaços. Subjacente a essa organização está a ficção igualitária (Martucelli, 2002) da modernidade, que parece tornar inconcebível a própria ideia de que qualquer indivíduo possa ser excluído deles.

2. Conceitos-chave

O conceito de espaço público tende a invocar, ao menos, duas dimensões (Sennett, 1974; Fortuna *et al.* 1998/1999; Urry *et al.*, 2003; Innerarity, 2006; Leite, 2008; Tonnelat, 2010): a de espaço de acesso físico virtualmente irrestrito (ruas, praças), quase que exclusivamente urbano e de propriedade pública, em oposição aos espaços privados (lar, local de trabalho); e a de esfera pública domínio de constituição da ação política e do debate. Ao nos referirmos a espaço de uso público ou a espaços públicos no plural, portanto, referimo-nos à primeira dimensão, e ao nos referirmos a espaço público no singular, consideramos ambas.

A acessibilidade física, porém, é critério insuficiente para classificar um espaço como público se levarmos em conta o que Fortuna *et al.* classificam como “lógica própria, material ou simbólica, de ordenamento e de poder interno” (1998/1999:91). Essa lógica, ao nosso ver, tenta deixar claro que espaços completamente acessíveis do ponto de vista físico – uma rua ou praça – podem ser refratários e mesmo impeditivos a algumas ocupações e atrativos ou mesmo exclusivos para outras. Ou seja, haveria constrangimentos sociais que restringiriam a acessibilidade dos espaços de uso público e, por aí, imporiam constrangimentos ao espaço público em sentido amplo, no singular.

Richard Sennett (1974) aponta como uma das razões da alegada morte do espaço público a existência de barreiras físicas à entrada ou à permanência dos indivíduos nos espaços de uso público. E John Urry *et al.* (2003) denunciam a cultura automóvel que, ao colocar os indivíduos nos espaços de uso público, mas permanentemente em circulação e dentro de cápsulas privadas, erode o espaço público.

O temor parece ser o de que transitoriedade e restrições à acessibilidade diminuam o espaço público *porque reduzem a diversidade*, ainda que potencial, a que se está sujeito nos locais onde ele se configura. A diversidade é comumente apontada como essencial para que um espaço possa se tornar público – a ágora grega, esse arquétipo do espaço público *multifuncional* como o define Mônica Brito Vieira, era um “espaço efectivamente vivido e susceptível de apropriação colectiva diferenciada”(2008, p. 83). Para Rogério Leite (2008), sem diversidade perde-se a possibilidade de desentendimento que é condição para a emergência de uma esfera pública que transforme um mero local em um espaço público.

A diversidade também é apontada como essencial à cidade, que atrai e recompensa as diferenças individuais justamente em razão da diferença e permite ao indivíduo uma mobilidade entre redes e uma convivência com

o outro que conferem-lhe as características de "cosmopolitismo e sofisticação" (Wirth, 1997, p. 57) próprias do urbanita. A diversidade parece tão natural ao meio urbano que surpreendemo-nos é quando nele encontramos conhecidos – e não estranhos (Innerrarity, 2006).

É na cidade que o indivíduo, projeto e problema da modernidade (Wagner, 1996; Martucelli, 2002), encontra as melhores condições para cumprir o desiderato moderno de ser sujeito de si, diferenciando-se. O meio urbano dá a ele a chance de ter suas diferenças reconhecidas socialmente e não mais ignoradas em favor da ficção igualitária que rompe, na emergência da modernidade, com a – também ficcional – hierarquia preestabelecida entre os seres como as delineia Danilo Martucelli (2002).

Por ser público, o espaço público em sentido amplo carrega, além da diversidade, esse ideal moderno da igualdade. É ele, inclusive, que abriga a vigilância feita pela esfera pública e necessária à manutenção da ficção igualitária da qual a valorização diversidade é uma decorrência (Martucelli, 2002). Teresa Caldeira, denuncia justamente o risco de a igualdade deixar de ser um valor organizador do espaço público que surgirá do retalhamento do tecido urbano em condomínios fechados (2000, p. 331).

Em resumo, o espaço público parece ser um palco necessário a que o indivíduo emergja enquanto tal e encontre o público necessário para afirmar suas diferenças. Parece, então, compreensível o entendimento de Leite (2008), Vieira (2008), Urry *et al* (2003) e outros de que os espaços de uso público só possam se tornar espaço público no sentido amplo (no singular) se houver possibilidade de convivência de diferenças. E também parece compreensível que a tolerância seja incluída como um dos indicadores das cidades criativas – e assim, economicamente competitivas – por Richard Florida (2005).

A competitividade, que atualmente estrutura processos de produção de cidades, assenta, no Parque das Nações, em mobilidade e lazer.

O estabelecimento progressivo de melhores condições de circulação interna e externa é um fenômeno social ao qual Michel Foucault (2007) chama a atenção em sua análise do urbanismo moderno. O autor aponta como o estruturar do tecido urbano de forma a garantir mobilidade é uma estratégia com vistas a) à regulação e b) ao desenvolvimento econômico das cidades.

Por outro lado, a mobilidade está também na raiz do modo de vida urbano e, na atualidade – sugere John Urry – controlar a capacidade de as pessoas se moverem “se tornou talvez a forma mais significativa de poder” (2002:262). Mobilidade, hoje, é entendida como um capital social e para apreendê-lo, Kauffmann, Bergman e Joye (2004) criam o conceito de motilidade, que condensa mobilidade social e física e se divide em três elementos inter-relacionados: acesso, referente às possibilidades de mobilidade de acordo com lugar, tempo e outros constrangimentos contextuais; competência, que reúne as habilidades que o indivíduo deve deter para poder operar a sua mobilidade (física e social); e apropriação, que se refere às motivações ou necessidades do indivíduo para se mover. O urbanismo, julgamos, influi na motilidade dos indivíduos sobretudo por meio dos dois últimos elementos.

O utilizador de cidade (city user), que Guido Martinotti (2005) define como uma espécie de ideal tipo do urbanita contemporâneo (o habitante e o comutador foram os de tempos anteriores), é alguém com elevada motilidade. Agarrar temporariamente uma população cujo ideal tipo é alguém de alta motilidade é um dos fatores a impulsionar a competitividade urbana que é buscada pela reurbanização aqui em estudo. Importa mencionar algumas outras características.

A emergência da atenção, por parte dos gestores urbanos, para a importância dos utilizadores de cidade está na raiz da disputa entre as cidades para abrigar grandes eventos internacionais como uma Copa do Mundo (Martinotti, 2005) – ou, acrescentamos nós, uma Exposição Mundial. Em Portugal, a Expo'98 foi a tecnologia escolhida para Lisboa avançar nessa disputa, culminando uma crescente aproximação entre cultura planejamento urbanístico em Portugal (Ferreira, 2006).

Surgem assim os territórios lúdicos e consumíveis, como os classifica Luis Baptista (2004), para quem há nas sociedades contemporâneas uma ideologia das férias. O autor tenta trazer à luz sinais do esbatimento das fronteiras para o lazer, identificando o imperativo de libertação do tempo de trabalho para o investimento no que chama de capital lúdico. Esse esbatimento também é percebido por José Machado Pais (1991),

acreditamos, ao identificar o prolongamento da juventude – da qual o tempo livre é um signo geracional – entre jovens portugueses.

O investimento de tempo no lazer, assim como propõe um corte na organização dos tempos cotidianos, propõe um corte nos espaços cotidianos. É por aí que é possível observar um efeito de retroalimentação entre a motilidade e o capital lúdico. A prática do lazer envolve o deslocamento, decorrente da necessidade de experimentar outros espaços que não são os do trabalho ou da vida doméstica. É aí que o indivíduo vive o anticotidiano (Mendes, 2001/2002). Assim, capitalizar-se ludicamente envolve estar capitalizado (e se capitalizar) motilicamente, pass(e)ar.

Essa estruturação social se transpõe em processos de conversão de cidades e territórios em cidades e territórios consumíveis e lúdicos (Baptista, 2004). Nós tentamos apreender o impacto dessa conversão no cotidiano dos espaços de uso público por meio do conceito analítico a que chamamos de processos de inclusão e exclusão. Cabe aqui uma breve arqueologia desses conceitos. “Inclusão” se aproxima do conceito de “formalização” que Monica Degen (2003) utiliza para classificar as estratégias de “formalização da vida pública” ao descrever como a administração de uma área reurbanizada de Manchester (Inglaterra) regula os eventos, essencialmente lúdicos, desenvolvidos nos espaços de uso público. A nossa ideia de inclusão é mais abrangente, pois a estendemos a outros tipos de atividades e a ações desenvolvidas também por outros atores, institucionais ou não. “Exclusão” se aproxima do conceito de “políticas suaves de exclusão” de Catharina Thörn (s.d.), que a autora forja para explicar como a administração do centro de Gotemburgo age empurrando do centro para a periferia indivíduos que dormem na rua, de uma maneira mais suaveⁱ em comparação com as leis anti sem-abrigo do Estados Unidos. À diferença de Thörn, usamos o conceito de exclusão para outros papéis além do de sem-abrigo e para outras medidas.

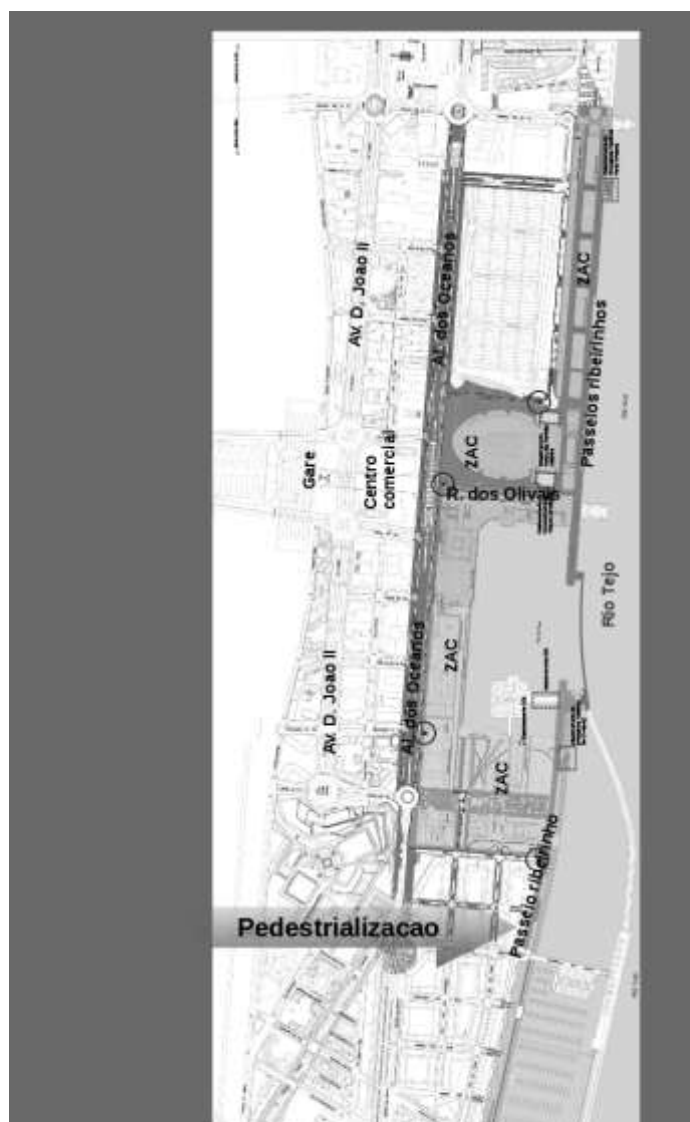
3. Método

A presente análise é um extrato de uma investigação que teve como questionamento de partida identificar como se organiza a ocupação dos espaços de uso público do Parque das Nações. A hipótese inicial era de que haveria um controle rígido mas pouco perceptivo das formas de ocupação. Em linha com a Teoria da Estruturação (Giddens, 1986), optamos pela análise de contextos, julgando ser possível ler neles estabilidades que funcionam como recursos e constrangimentos para a ação e para a interpretação do significado das ações. Entendemos então o Parque das Nações como um contexto do tecido urbano da Área Metropolitana de Lisboa, dentro do qual contextos menores se constituem, e assim sucessivamente até a interação face a face.

Os dados foram recolhidos por pesquisa de terreno (Burgess, 1997; Costa, 1990) com privilégio da observação direta, em duas fases. Durante a primeira, de janeiro a novembro de 2010, esboçamos o conceito analítico a que chamamos de processos de inclusão e exclusão. Na segunda, feita intermitentemente entre janeiro e junho de 2011, refinamo-lo e o testamos em novos confrontos com o campo. Foram privilegiados os períodos da tarde (34 visitas) e da manhã (23), nessa ordem, em relação ao noturno (14). Houve um privilégio também dos dias úteis, compensado em parte pelo fato de cerca de 1/4 das visitas ter ocorrido em agosto, que é um mês de férias em Portugal e em outros países europeus. Foram realizadas entrevistas não estruturadas e o material foi utilizado como acessório à observação, assim como a análise de documentos. Na recolha de dados privilegiamos a região mais central do Parque, onde se concentram as ofertas de comércio, serviços e lazer, em detrimento das zonas residenciais. Houve entretanto recolha nas outras áreas do Parque, bem como na envolvente (as áreas das Freguesias de Marvila e Moscavide, sobretudo) e no centro histórico de Lisboa.

4. Análise

4.1 Mobilidade e ressensibilização



O Parque das Nações é um perímetro de 3,3 km² distribuído pelos territórios das cidades de Lisboa e Loures, e considerado nova centralidade da primeira. A gestão urbana está a cargo da empresa Geurbana, e não diretamente das autarquias municipais, que entretanto estão em processo de assunção da responsabilidade pelo território (Soares, 2012). A Geurbana é um braço da Parque Expo, S.A., de capital majoritariamente detido pelo Governo Central (as autarquias detêm as fatias menores restantes) à quem foi delegada a competência pela reurbanização e posterior administração.

O Parque resulta do projeto urbano que serviu como justificativa para o investimento público na Expo'98, não excluindo outros motivos. O projeto urbano em si foi justificado pela necessidade de reurbanizar um perímetro da Área Metropolitana de Lisboa considerado degradado por abrigar indústrias (parte das quais desativada), habitações sociais destinadas a população de baixos estratos sociais e de estar desintegrado da malha urbana lisboeta (Ferreira, 2006; Gato, 1997). Desse passado imediato, vilificado (Degen, 2003), uma torre de refinaria permanece, à guisa de arte pública.

A Expo'98 deveria servir como ferramenta de marketing de Lisboa, cujos fatores de competitividade – indica a análise de Vítor Matias Ferreira *et al.* (1997) – colocam-na mais competitiva como cidade consumível do que como produtiva. Mas o potencial de marketing dependia do resultado do projeto urbanístico e não só do evento. A vizinha Espanha vinha de realizar a Expo Sevilha'92, que também fora ancorada em uma proposta arrojada de renovação urbanística. O acontecimento como um todo foi considerado um fracasso, entretanto,

justamente no que toca ao projeto urbanístico, por causa da baixa utilização posterior do território resultante.

O território da Expo'98 no pós-Expo'98 teria de ser um sucesso que seria medido pelo grau de utilização.

Para atrair o público, favoreceu-se o estabelecimento de uma oferta expressiva de serviços e comércio, com destaque para os de cariz lúdico. Além dos equipamentos surgidos com ou após a reurbanização (como o Oceanário de Lisboa, a interface de transportes Gare do Oriente, o Centro Comercial Vasco da Gama – CCVG –, hotéis e restaurantes), houve realocação para o Parque da Feira Internacional de Lisboa, um centro de exposições antes localizado em outro ponto da cidade. Os espaços de uso público, por sua vez, serviram eles próprios como mais uma das âncoras de atração, abrigando 54 obras de arte, equipamentos de lazer como parques e parques infantis, e detendo outras características das quais trataremos a seguir.

Em linha com um processo que visava inserir as frentes ribeirinhas do Rio Tejo no que Vitor Matias Ferreira *et al.* chamam de “modernidade «tardia»” – identificada com “lazer e tempo livre; cultura e recreio; turismo e impactes ambientais; serviços e tecnologias avançadas”(1997, p. 151) – tratou-se de construir uma nova centralidade que teve como dois de seus alicerces o transporte e o lazer. Como refere o administrador da Geurbana:

{entrevistado} “No fundo esta é uma nova centralidade porque tem aqui uma série de equipamentos, alguns de escala metropolitana e de diversas funções desde a área dos transportes ao lazer etc., que no fundo são equipamentos polarizadores e funcionam como elementos âncora de atração das pessoas (...) (LRO, administrador Geurbana)

No que a mobilidade toca, o projeto urbanístico a) dota o perímetro do Parque de acessibilidades a partir do exterior (seja a envolvente imediata, sejam outros países); e b) promove de deslocamentos dentro do Parque, com valorização da circulação suave, sobretudo pedestre. É nessas duas vertentes que identificamos a influência da concepção urbanística do Parque na motilidade dos indivíduos.

Em relação à primeira vertente: integrada à área central do Parque foi instalada a Gare do Oriente que, planejada para ser um eixo estruturante do sistema de transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa, congrega metropolitano, transporte rodoviário e ferroviário local, regional, nacional e internacional, além de parques de estacionamentoⁱⁱ. A administração estima em 160 mil a 180 mil por dia o número de entradas na interface, para usar transportes ou não. Às portas do Parque foi instalada ainda Ponte Vasco da Gama, que o liga à margem sul do Rio Tejo. Há ainda acessos à Autoestrada do Norte (que liga Lisboa ao Porto, a segunda maior área metropolitana Portugal) e à Circular Regional Interior de Lisboa, construída para retirar o tráfego de atravessamento das áreas centrais, além de outras vias para conexão com a envolvente imediata e com outras partes da cidade. Assim o Parque, em termos de acessibilidade viária, está integrado à cidade de Lisboa (Serdoura, 2008).

No que toca ao segundo ponto, dentro do Parque a acessibilidade motorizada é condicionada em favor da pedestre e de outras mobilidades suaves, gradualmente. Há 3 eixos Norte Sul: o mais distante do Tejo é a Avenida D. João II, que dá acesso à Gare do Oriente e onde há circulação automóvel e passeios largos; o intermediário é a Alameda dos Oceanos, onde o tráfego automóvel é penalizado pelo desenho urbano que obriga a menores velocidades e os passeios são mais valorizados; o terceiro, já à margem do Tejo, é constituído exclusivamente por passeios e estacadas. Entre a Alameda e o Tejo, ao longo de toda a faixa ribeirinha e nas áreas mais centrais (onde se encontram diversas âncoras de atração) funciona a Zona de Acesso Condicionado (figura 1), que restringe a entrada de veículos automotores a autorizações caso a caso, concedidas tendo em vista não só segurança, mas também reduzir o “efeito negativo que a imagem dos veículos transmite na paisagem e (no) ambiente” (Geurbana, 2011:1).

Em ambas vertentes, há uma potencialização da motilidade. Há oferta de recursos para se chegar até o Parque e a ZAC. Internamente, as âncoras de atração são desconcentradas e há oferta de aluguel de bicicletasⁱⁱⁱ e karts a pedal, além de teleférico, simulacro de comboio turístico e autocarros.

Assim, são postos recursos e constrangimentos para que indivíduo saia do carro. O que, na lógica de Urry *et al.* (2003), potencializariam a experiência do outro, da diversidade. Potencialização ainda maior se considerado o objetivo apresentado pelo administrador da Geurbana:

“{investigador} Há um tipo de utente ou alguns tipos de utente, visitante e residente, que o Parque tenha em mente, que o senhor tenha em mente quando pensa as expectativas que deve atingir?

{entrevistado} Não, não. Deixe-me dizer, (...) o nosso objetivo é que o Parque seja o mais possível utilizado por todas as classes, por todos os segmentos e por toda a população. Portanto quando pensamos nas iniciativas que desenvolvemos, por assim dizer, é para o cidadão em abstracto, portanto não é dirigido a pessoas (de) determinado segmento quer econômico, quer social, quer o que seja. (LRo, administrador Geurbana)

Entretanto, o aumento da sensibilidade ao outro no Parque é feito em conjunto com recursos e constrangimentos para que essa experiência seja lúdica, como alguns dos recursos de mobilidade citados (simulacro de comboio turístico, teleférico) e a distribuição de brinquedos, equipamentos de lazer e obras de arte urbana nos espaços de uso público fazem ver. Contribuem para isso também as próprias ocupações lúdicas do perímetro pelos utilizadores. O indivíduo que se move pelo Parque atravessa contextos de brincadeira/transgressão. Joggers, banhistas – que ocupam, irregularmente, os jogos de água destinados apenas à apreciação –, participantes de piqueniques e ciclistas são alguns dos outros com que se encontrar no centro da alegada nova centralidade de Lisboa.

Para essa ambientação lúdica, há uma preocupação da Geurbana em evitar determinados tipos de contatos entre estranhos. Na ZAC há um controle mais estrito das ocupações, justificado sob o argumento de que o indivíduo na ZAC está em um momento de lazer e, assim, deve ser resguardado de algumas interações; e há ocupações consideradas não qualificadoras como carros, barulho, comércio ambulante, publicidade expressiva ou funcionários comendo “à mesa posta”.

{entrevistado} (...) Entendemos que alguém que quer descansar, andar aqui não devia ser incomodado entre aspas ou interrompido seu percurso por pessoas que distribuem publicidade ou vendam produto etc. Preservação da qualidade como espaço de lazer (...) (RF, responsável por eventos, Geurbana)

A ZAC, assim, serve a estruturar os espaços de uso público mais centrais do Parque das Nações como algo separado do restante da malha urbana, com a justificativa de ser destinado ao lazer. Há uma tentativa de criar, no centro da nova centralidade, um contexto excepcional, condizente com as necessidades de que a experiência lúdica seja a) uma exceção ao tempo (Baptista, 2004), b) aos locais (Urry, 2002), e c) às ações (Mendes, 2001/2002) do restante do cotidiano.

4.2 Inclusão e exclusão na organização do cotidiano

Descreveremos agora os processos de inclusão e exclusão relativos a algumas formas de ocupação desses espaços públicos. Os processos de inclusão e exclusão devem ser entendidos como complementares. Fazem parte de um contínuo. Assim, nos referimos à exclusão de uma ocupação (ou de uma forma de ocupação ou papel) por a) ser proibida ou b) por ter recursos à sua execução suprimidos; e nos referimos a ocupações incluídas c) pela tolerância, por existirem apesar de haver um impedimento formal ou uma resistência informal, ou d) pela institucionalização, em que a administração do Parque toma papel ativo na formalização e gestão desses fenômenos, diretamente ou indiretamente.

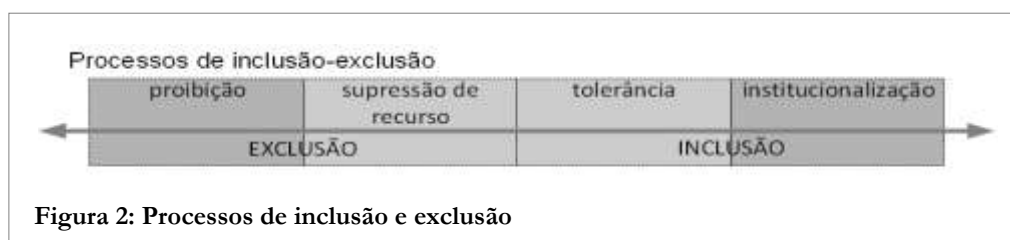


Figura 2: Processos de inclusão e exclusão

4.2.1 Vender comida, pedir

A venda de comida pronta e o pedir podem ser entendidos como ocupações que exploram a população cambiante que ocupa os espaços públicos do Parque. Nas formas mais propositivas (em que um indivíduo busca uma interação com o outro), são menos expressivas quanto mais próximo se está do Rio Tejo, sendo sua expressividade portanto inversamente proporcional à progressiva pedestrianização em direção a ele, em linha com a ideia de que evitar interações é uma necessidade para o lazer. Entretanto, a Geurbana e a administração da Gare autorizam que algumas ocupações desses tipos ocorram na Praça da Gare e nas demais proximidades do CCVG, um contexto de alta circulação de indivíduos, *e exterior à ZAC*, incluindo-as até mesmo pela institucionalização, como é o caso da distribuição de panfletos.

A ação de vender comida pronta, por sua vez, depende do cariz lúdico e de exceção para ser incluída – por exemplo, venda de cerveja em festivais.

“{investigador} que tipo de ocupações se autoriza, quais não se pode autorizar (...)?”

{entrevistado} uma das coisas que nós não autorizamos por regra a não ser que venham estar em algum evento que tenha alguma componente cultural (...) é a venda de comida e a confecção de comida (...) porque consideramos que isso não é qualificador do espaço público.” (LRa, Departamento de Qualidade e Conceção Urbana – DQCU/Geurbana)

Para além dessa inclusão pela institucionalização, houve também inclusão pela tolerância com venda de comida pronta no contexto de exceção decorrente da ocorrência de um grande concerto no Pavilhão Atlântico, um dos equipamentos do Parque.

O cariz lúdico permite que também pedir dinheiro seja tolerado, como ocorreu quando parte de um grupo de cerca de 100 de jovens fez peditórios junto ao CCVG durante uma praxe – confraternização de entrada na faculdade –, sob as vistas da segurança. Os mendigos, por sua vez, jamais permanecem parados em um mesmo local, efetuando alguns incursões no Parque para saírem em seguida. Parece inexistir o papel do mendigo de assento (Fernandes e Agra, 1991), uma constante de outras centralidades portuguesas, ou o de limpador de vidros em cruzamentos, presente mesmo na envolvente do Parque.

4.2.2 Comer

No Parque, comer é uma ação transversal a diversos papéis e contextos. Come-se em regiões frontais e posteriores; no intervalo do trabalho, no tempo livre com a família; nos bancos, relvados, muretas e passeios. Restaurantes com esplanadas, prontos-a-comer e supermercado fornecem recursos para que os indivíduos possam adquirir comida e a consumir no espaço de uso público. Há quem a traga de fora.

Pic nics são comuns. Nas formas não institucionalizadas, os indivíduos trazem consigo alguma comida em geleiras ou em sacolas, desenvolvem uma certa preparação (montar o sanduíche, cortar o bolo) e ocupam bancos, passeios ou relvados, no centro e nas periferias do Parque. Há entretanto uma forma institucionalizada oferecida por um restaurante, no Parque do Tejo, local escolhido segundo LRa (DQCU/Geurbana) por ser o pic nic uma atividade de lazer e, portanto, mais adequada a essa área de relvados do que à malha urbana – onde, ressaltamos, também observamos pic nics. Além do local, a institucionalização envolve propor algumas características do papel. Quando do lançamento do serviço, havia uma bicicleta de aluguel com um cesto portando frutas de plástico junto ao restaurante. Um anúncio no [site](#) propõe outros elementos: duas pessoas, toalha, relvado. Não há geleiras, bancos e grupos de 20 pessoas como é uma estabilidade no Parque.

Receber comida de instituições de caridade, como fazem os sem-abrigo, também é uma forma incluída, mas por tolerância. Ocorre em um contexto mais periférico espaço temporalmente: no corredor da Gare que conecta os fundos da estação à área mais central, e quase sempre após as 21h (segundo uma das associações, o horário decorre da logística de distribuição própria e não sofre interferência da administração da gare ou do Parque). CCa, administrador da Gare, afirma que “facilita a vida” das associações não impedindo que a

distribuição ocorra, e diz ter “tolerância” com a presença de sem-abrigo que ali encontram outros recursos (abrigo, segurança, casa de banho gratuita, tolerância com o se deitar à noite) para permanecer.

Cabe-nos olhar agora para as exclusões do comer. Para além da proibição do uso de fogareiros (comum em outros espaços públicos de Portugal), não há mesas na ZAC ou no Parque do Tejo, embora seja uma demanda transversal aos sem-abrigo, trabalhadores e participante de pic nic entrevistados; e um mobiliário urbano comum em Portugal.

“{entrevistado} Nós na verdade não queremos (...) que o Parque das Nações seja um espaço onde as pessoas se sentam para comer (...) em princípio existe um conjunto de serviços que oferecem um serviço de restauração (...), nós não entendemos que as pessoas para comer no espaço público precisem de uma mesa (...). Nós, as pessoas, o que é que as pessoas comem no espaço público? Levam, vão à loja, take away, trazem a comida ou trazem os hambúrgueres no saquinho com as batatas fritas ou trazem aqueles coisinhas de plástico e comem nos tupperwarezitos e tal e é assim que as pessoas comem... *é assim que eu como no espaço público, eu não preciso, não uso uma mesa para comer no espaço público, portanto não nos parece que seja uma grande necessidade.*” (LRa, DQCU, Geurbana. Itálico nosso)

Assim, exclui-se suavemente, pela supressão de recursos, determinadas formas de estruturar a ação “comer em espaços públicos”, sem proibi-las. Já a exclusão por proibição ocorre com o comer “à mesa posta” quando praticado por funcionários de limpeza e manutenção do Parque.

“{entrevistado} Se a pergunta é se é suposto nos vermos um grupo de operários fardados sentados a descansar, a dormir ou a comer não é aceitável

{investigador} mesmo no horário de almoço...

{entrevistado} não é suposto porque isso não contribui para a boa imagem” (LRa, DQCU, Geurbana)

(...)

“{entrevistado} Não quer dizer que se for uma sandes, uma fruta isso não pode acontecer, isso é normal que aconteça. Estamos a falar (...) da mesa posta, uma mesa e tal, isso é que não” (JRP, Direção de Obras e Infraestrutura Urbana - DOIU/ Geurbana)

Também operários da construção civil que trabalhavam em uma obra no Oceanário disseram ser interditos de comer em espaços de uso público, no Parque ou em outros locais. Para além disso, nas palavras de um deles, “não fica bem” uma vez que o Parque é um local de “turistas” – outra exclusão suave.

4.2.3 Graffiti e skate

Terreiro dos Radicais é nome da pista destinada ao que é chamado de “desportos radicais” instalada na periferia norte do Parque, distante da área central, mas conectada ao transporte público e à malha viária, o que permitem utilização por praticantes de outras áreas de Lisboa, de outras cidades ou países.

Iluminação 24 horas, distanciamento em relação às zonas mais centrais e vigilância que garante a segurança do lazeres sem reproduzir o controle (parental ou de outros atores) do qual o jovem foge quando vai para os espaços de uso público são recursos para fazer do Terreiro dos Radicais um local para práticas juvenis de classe média nos espaços públicos descritas por José Machado Pais (1991): namorar, usar drogas leves, beber álcool, fumar, conversar.

Além disso, o Terreiro serve a incluir o skate e o graffiti. Ambos são excluídos de todo o perímetro do Parque pela proibição (o skate também pela supressão de recursos, uma vez que quase todo o calçamento é dissuasor da prática), embora ocorram clandestinamente. A inclusão se dá pela institucionalização do skate, descrito na placa indicativa dos usos a que se destina o Terreiro, e pela tolerância e quase institucionalização do graffiti, que na pista se transforma de “vandalismo” em algo que “faz parte da cultura da coisa” conforme referem os representantes da Geurbana.

4.2.4 Participação

A Parque Expo, S.A. prescindiu do debate público convencional pois recebeu poderes para realizar a intervenção à margem das câmaras e assembleias municipais e das legislações urbanísticas por elas aprovadas. A gestão dos espaços de uso público foram sujeitas à mesma lógica: embora alguns assuntos demandem aprovação camarária, em outros a responsabilidade é toda da Geurbana, cujos ocupantes dos cargos não foram eleitos. Quem ocupa os espaços públicos do Parque, proibido que é de intervir diretamente neles, pode fazê-lo indiretamente: via a) um sistema de reclamações e sugestões ou b) uma versão adaptada do sistema de orçamento participativo – o Ideias para um Orçamento (IpO).

Exemplo de “cidadania activa”, segundo o administrador da Geurbana, as sugestões e reclamações podem ser feitas por internet e telefone (foram 471 em 2010). Segundo MSC, do Departamento de Comunicações e Relação com o Cidadão/Geurbana, todas são analisadas e podem resultar em intervenções se forem adequadas. Inexiste, entretanto, o critério da demanda: a execução de uma empreitada não depende do número de solicitações, mas exclusivamente dos crivos estabelecidos pela Geurbana. Há mesmo uma desvalorização da regra da maioria:

{entrevistada} Se nós acharmos que não, que as pessoas não têm razão, bem podem gritar, podem vir 40 mais 40 mais 40 mais 40 (...)

{entrevistada} Nós não vamos fazer porque achamos que não faz sentido fazer. Basta uma pessoa para alterarmos também. Portanto, não é o número que nos assusta ou que nos faz fazer. É, depois de estudarmos essa situação, decidirmos que tem ou não fundamento, avançamos e fazemos.” (MSC, DCR/Geurbana)

Já IpO, lançado em 2011, destinava 80 mil euros à execução de uma empreitada de melhoria do espaço de uso público a ser proposta e votada pela internet. O administrador da Geurbana descreve o IpO como uma ferramenta de promoção de “cidadania” da qual mesmo o turista é chamado a se servir – o que, a nosso ver, dá ao indivíduo motilicemente/ludicamente capitalizado uma forma de converter esse capital em capacidade de intervenção no espaço de uso público que visita.

Das 18 propostas selecionadas para ir à votação, 15 envolviam a construção ou remodelação de equipamentos de lazer (parques infantis ou campo de basquetebol de rua). Houve direcionamento por parte da Geurbana, que apresentou propostas para “exemplificar o conceito” (MSC, DCR/Geurbana, comunicação por e-mail) – dentre elas, a de criação de um circuito de lazer para cães, e divulgou o resultado de uma seleção prévia antes do fim do prazo para a apresentação de ideias. A proposta selecionada, de criação de circuitos de “desporto, saúde e bem estar”, acabará entretanto não implementada em razão da anunciada extinção da Parque Expo, S.A.

6. Conclusão

O urbanismo como forma de organizar coexistências, no Parque, envolve a potencialização da motilidade dos indivíduos de duas formas: fazendo-os chegar ao Parque e, uma vez nele, levando-os a se deslocar a em mobilidade suave. Essa pedestrialização vai de par com uma tentativa de garantir que a privacidade-em-espaços-públicos (Urry *et al.*, 2003) garantida pelos automóveis continue a existir fora deles, justificando uma série de condicionamentos a outras formas de ocupar os espaços públicos. Tal estruturação de espaços públicos oferece recursos e constrangimentos não só aos utilizadores de cidade, mas também a outros urbanitas que não estão na cidade a passeio (ao menos prioritariamente); e a outras formas de ocupação dos espaços públicos que não sejam se deslocar ou se distrair.

As estruturas de ação que discernimos, recorrendo ao conceito analítico de processos de inclusão e exclusão, no urbanismo (também) como modo de vida – e das quais apresentamos aqui um excerto – propõem uma permanência transitória e ludicizada no território, sendo essas características determinantes para que as formas de ocupação dos espaços públicos sejam incluídas ou excluídas, estejam nas frentes ou nos fundos da cidade reurbanizada. Favorece-se assim uma ambientação lúdica da vida cotidiana nos espaço de uso público.

Interrogando-nos sobre as inclusões e exclusões (em não pouca medida, suaves), e sobre o porquê de o Parque não ser feito exclusivamente para os utilizadores da cidade, mas sim para o “cidadão em abstracto” como refere o administrador da Geurbana, percebemos que os espaços que analisamos, por serem públicos no sentido físico, estão sujeitos à manutenção do princípio igualitário que o espaço público em sentido amplo exige que seja mantido na vida social. A sujeição a essa norma da igualdade se faz presente tanto no nível da interação não-institucionalizada, como mostramos na organização do cotidiano, como no da institucionalizada, como analisamos no IpO. De alguma forma, o IpO parece tentar resgatar a reurbanização das críticas antidemocráticas de que o projeto Expo foi alvo quando o Governo Central concedeu poderes excepcionais a uma empresa que a permitiram prescindir da esfera pública institucionalizada para desenvolver a reurbanização. Em resumo, a análise do caso do Parque das Nações permitiu ver que a produção de espaços públicos no urbanismo da competitividade também pressupõe a tentativa de produção, de certa forma e em outras bases, do espaço público no singular.

Bibliografia citada

Livros e artigos

- BAPTISTA, Luís Vicente (2004). Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): Ensaio um ponto de partida. *Actas do V Congresso Português de Sociologia: Associação Portuguesa de Sociologia*
- BURGESS, Robert (1997). *A pesquisa de terreno: Uma introdução*. Oeiras: Celta
- CALDEIRA, Teresa (2000). *City of Walls*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press
- COSTA, António Firmino (1990). A pesquisa de terreno em sociologia. In PINTO, José Madureira e SILVA, Augusto Santos (eds.), *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento
- DEGEN, Monica (2003). Fighting for the global catwalk: formalizing public life in Castlefield (Manchester) and diluting public life in el Raval (Barcelona). *International Journal of Urban and Regional Studies*, 27(4), 867-880
- FERREIRA, Claudino C. (2006). *A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo*. Tese de doutoramento em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- FLORIDA, Richard (2005). *Cities and the creative class*. New York, Oxon: Routledge
- FORTUNA, Carlos, FERREIRA, Claudino e ABREU, Paula (1998/1999). Espaço público urbano e cultura em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 85-117
- FOUCAULT, Michel (2007). *Security, territory, population*. Hound Mills, NY: Palgarve MacMillan
- GATO, Maria A. (1997). *Expo'98: uma ocasião para construir a cidade*. Dissertação de mestrado em Geografia e Planeamento Regional. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa
- GIDDENS, Anthony (1986). *The constitution of society*. Cambridge: Polity Press
- INNERRARITY, Daniel (2006). *El nuevo espacio publico*. Madrid: Espasa
- KAUFFMANN, Vincent, BERGMAN, Manfred e JOYE, Dominique (2004). Motility: mobility as a capital . *International Journal of Urban and Regional Research*, 28(4), 745-756
- LEITE, Rogério P. (2008). Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83, 35-54
- MARTINOTTI, Guido (2005). Socio morphology and governance in the new metropolis. In KAZEPOV, Yuri (ed.). *Cities of Europe*. Malden, Oxford, Victoria: Blackwell Publishing
- MACHADO PAIS, José (1991). *Formas Sociais de Transição para a Vida Adulta - Os Jovens Através dos Seus Quotidianos*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: ISCTE.

- MARTUCELLI, Danilo (2002). *Grammaires de l'individu*. s.l: Gallimard
- MATIAS FERREIRA, Vitor (org.) (1997). *Lisboa, a metrópole e o rio*. Lisboa: Editorial Bizâncio
- MENDES, Luís (2001/2002). O lazer e o recreio no Parque das Nações: o consumo, o lúdico e o estético na produção da cidade pós-moderna. *Inforgo*, 17/18, 81-108
- SENNETT, Richard (1974). *The fall of public man*. NY e London: W. W. Norton & Company
- SERDOURA, Francisco M. (2008). A emergência de novas centralidades: o caso de Lisboa. In *Pesquisa e Tecnologia Minerva*, 5(2), 187-196
- THÖRN, Catharina (s.d.). *Soft policies of exclusion*. s.e.
- TONNELAT, Stéphane (2010). The sociology of urban public spaces. In WANG, Hongyang, SAVY, Michel e ZHAI, Guofang (Eds.). *Territorial evolution and planning solution: experiences from China and France*. Paris: Atlantis Press
- URRY, John (2002). Mobility and proximity. *Sociology*, 36(2), 255-274
- URRY, John e SELLER, Mimi (2003). Mobile Transformations of Public and Private Life. In *Theory, Culture & Society*, 20(3), 107-125
- VIEIRA, Mónica Brito (2008). O espaço público e a arquitetura da cidadania. In CABRAL, Manuel V., SILVA, Filipe Carneiro e SARAIVA, Tiago (Eds.). *Cidade e Cidadania*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- WAGNER, Peter (1996). *Liberté et discipline*. Paris: Éditions Métailié
- WIEVIORKA, Michel (1994). Case studies: history or sociology?. In RAGIN, Charles e BECKER, Howard (Eds.) *What is a Case*. Cambridge: Cambridge University Press
- WIRTH, Louis (1997). O urbanismo como modo de vida. In FORTUNA, Carlos (Ed.). *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

Outras publicações

- Geurbana (2011), “Regulamento geral da zona de acesso condicionado do Parque das Nações”. Recuperado em 30 de Setembro de 2011 em www.portaldasnacoes.pt
- PEGU Parque Expo, S.A. (2011) “Relatório de Gestão e Contas”. Recuperado em 30 de Setembro de 2011 em www.parqueexpo.pt
- SOARES, Maria (2012), “Lisboa e Loures têm de assumir gestão do Parque das Nações em Julho”, recuperado em 30 de maio em www.publico.pt

ⁱ O *suave* não significa formas de poder mais gentis, mas mais elásticas e fluidas

ⁱⁱ A gare é ainda o possível terminal de Trem de Grande Velocidade, projeto supenso por restrições orçamentais, e, durante um período, esteve integrada ao transporte fluvial, enquanto funcionou junto ao Parque um ponto de ancoragem

ⁱⁱⁱ Para além da ciclovia, o veículo, que pode ser transportado no metropolitano e nos comboios, pode ser usado em virtualmente qualquer área pedestre, havendo tolerância com uso em locais interditos